

# Bernardes volta e pede perdão

5 SET 1986

CORREIO BRAZILIENSE

MARTA CRISOSTOMO  
Da Editoria de Cidade

O arquiteto idealizador do mastro da Bandeira Nacional — que permanecerá na Praça dos Três Poderes só até novembro — estará novamente em Brasília na semana que vem. Sérgio Bernardes virá a convite de Oscar Niemeyer, a quem considera “um irmão”, para estudar a retomada da construção do Espaço Cultural por ele projetado no Governo Médici, que resultou apenas no Centro de Convenções e no Planetário.

— Vamos ver se retomamos, por exemplo, o projeto do aquário, que originalmente teria de ser junto ao Planetário. Mas tudo o que eu fizer será de acordo com o que o Carlos Magalhães (secretário de Viação e Obras) e o Oscar Niemeyer determinar — afirma o arquiteto. Segundo ele, como algumas de suas outras em Brasília, o Espaço Cultural não foi completado devido “a uma mudança de orientação no Governo, com a saída do governador Hélio Prates em 1974.

O fato de uma de suas obras mais polêmicas na cidade, o mastro da Bandeira, estar sendo removido agora pelo gover-

nador não magoa o arquiteto. “Muito pelo contrário, eu é que devo pedir perdão se tiver melindrado Brasília. Mas se eu incomodei a cidade, não foi por intenção”. Erguido em 1972, no Governo Médici, em comemoração aos 150 anos de liberdade do Brasil, o mastro de Sérgio Bernardes tornou-se um símbolo dos anos de arbítrio e foi repudiado pela comunidade brasiliense — ou ao menos pelos que viveram esses tempos com intensidade. A época o fato tomou proporções ainda maiores porque Oscar Niemeyer estava totalmente aliado de sua criação pelos governantes militares.

## DESCONHECIMENTO

Convidado a erguer o mastro, Sérgio Bernardes o fez seguindo as especificações de uma lei federal que determinava a criação de um monumento que ostentasse a Bandeira Nacional. “A lei induzia à construção do mastro daquela forma e naquele local. Eu fui chamado a construí-lo e o fiz, mas não sabia que isso era prerrogativa do Oscar”, alega o arquiteto. Para ele, a obra ficou bonita, mas o que é realmente importante é a retomada do plano original de

Brasília, que vem sendo promovida pelo GDF em consonância com o que determina Oscar Niemeyer.

— Acho essa retomada linda e estou disposto a ajudar no que me for solicitado. É um privilégio trabalhar novamente em Brasília do lado do Oscar, que está com uma cabeça maravilhosa, que tem que ser aproveitada — afirma Sérgio. O arquiteto, que na época do Governo Médici começou a desenvolver diversos projetos na cidade, diz que não trabalha há algum tempo na capital federal “porque não me pediram mais depois dessa época”.

Algumas das obras que Sérgio Bernardes legou a Brasília são o Clube Naval, o Centro de Convenções e o Planetário — que fazem parte de um projeto mais amplo, o Espaço Cultural. Entre as inacabadas ou que ainda se encontram no papel estão o prédio do IBC — que não foi construído, segundo Sérgio, porque seu presidente à época morreu —, uma subestação da Telebrasil no Lago Sul, a representação da Escola Superior de Guerra e um prédio do Ministério da Marinha, que seria construído em área especial.

## Um polêmico mas que é criador

Aos 67 anos, 53 dos quais dedicados à arquitetura, Sérgio Vladimir Bernardes sempre causou polêmica com seus projetos, considerados por muitos como utópicos. Várias vezes premiado, inclusive na Trienal de Veneza em 1954, na Alemanha e na Feira Internacional de Bruxelas em 1958, destacou-se na década de 50 pela pesquisa de novos usos de materiais de construção tradicionais e criação de novos materiais, e na de 60 por uma série de projetos como o do Aeroporto Intercontinental, o plano-diretor para a cidade do Rio de Janeiro e para as favelas cariocas.

Em 1979 criou seu Laboratório de Investigações Conceituais no Rio de Janeiro. Depois disso ainda apresentou projetos como o da ligação permanente da Lagoa Rodrigo de Freitas com o mar, através de um alargamento do canal do Jardim de Alá, na boca do qual seria erguida uma marina na junção das praias de Ipanema e Leblon. E seu também o projeto de bairro vertical na área rural, que concentraria numa só grande unidade populacional o bairro, para preservar as terras à produ-



Sérgio Bernardes (à esquerda, com Hélio Prates)

ção agrícola e suprimentos de alimentos — entre muitos outros.

Talvez por causa desses projetos, muitos de seus colegas arquitetos o considerem um megalomaniaco, criativo mas pouco reflexivo. Seus colegas de Brasília, por exemplo, ainda não esqueceram o episódio do mastro da Bandeira, acusando-o de ter sido conivente com o go-

verno militar num momento político delicado, quando o próprio Niemeyer estava precisando de apoio, afirma o arquiteto José Carlos Coutinho, professor da UnB. Coutinho é um dos que são favoráveis à retirada do mastro, que foi sugerida pela primeira vez em maio do ano passado pelo próprio presidente Sarney. Para Coutinho, “o mastro é feio e para quem tem memória, é traumatizante”.

## Advogado quer manter o mastro

“Apagar do Planalto Central a imagem de nacionalidade”. Esta é, na opinião do advogado Américo Barbosa de Paulo Chaves, a intenção do governador José Aparecido em seu projeto de retirar da Praça dos Três Poderes o mastro da Bandeira Nacional e transferi-lo para o Parque da Cidade. Baseado na lei 5.700 de 1º de setembro de 1971, e em protesto contra o projeto, o advogado, residente no Rio de Janeiro, está processando o Governo do Distrito Federal. A ação entrou na Tribunal de Justiça em julho e foi enviada ontem à Procuradoria Geral.

O juiz encarregado de julgar o processo é Emernegildo Fernandes Gonçalves, da 3ª Vara da Fazenda do Tribunal de Justiça. A princípio, ele negou o pedido do advogado como sendo ação popular, e agora o processo corre como medida cautelar inominada. Por determinação do próprio juiz, foi encaminhado ao Governo para defesa.

O advogado Américo Barbosa Chaves explicou que a lei 5.700,

em seu artigo 2º, estabelece que “a Bandeira Nacional estará permanentemente no topo de um mastro especial plantado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, como símbolo perene da Pátria”. Ressaltou que esta lei foi aprovada pelo Congresso Nacional e, portanto, somente como consulta e aprovação dele é que a retirada do mastro deverá ser feita. “A vontade pura e simples de um governador e arquiteto não pode passar por cima de uma lei”, disse.

— O mastro faz parte da Capital Federal como visão permanente da Pátria. Oscar Niemeyer quer retirar o monumento ali erguido, sob falsas e subalternas alegações de que agride o cenário, ou de que não faz parte de seu projeto na construção da cidade, como se fosse ele o dono exclusivo —, acusa o advogado em seu processo, recheado por recortes de jornais nos quais ele acredita existir um caráter ofensivo ao símbolo nacional. “Parece que é uma

vergonha manter a Bandeira do Brasil em qualquer lugar. Na realidade, ela deveria estar implantada em cada esquina”, revelou.

Quanto ao fato de a ação ter partido de um advogado morador no Rio de Janeiro e não da própria capital, Américo Barbosa Chaves alega que este problema diz respeito a todo brasileiro. “Aonde tocarmos no Pavilhão Nacional eu pronunciarei em defesa”, disse o advogado. Ele garante que já recebeu apoio de várias pessoas de todo o País, inclusive de autoridades.

Se a decisão do juiz depender de apoio, no entanto, muita discussão ainda vai surgir, pois o governador José Aparecido já revelou que a comunidade tem se mostrado favorável à mudança, inclusive através de inúmeros telegramas que chegam ao Palácio do Buriti. O próprio autor do projeto do mastro, Sérgio Bernardes, concorda com a mudança.